

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS
E DOS SISTEMAS ESTUARINOS E ZONA COSTEIRA - CTCOST
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 10ª REUNIÃO**

Data: 10 de abril de 2007.

Local: Secretaria de Recursos Hídricos/MMA, Brasília/DF.

REPRESENTANTES:

- Ministério dos Transportes: Paulo Ho (paulo.ho@transportes.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SRH: Béríte Carmo Cabral (berites.cabral@mma.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Luciano Meneses Cardoso da Silva (lmeneses@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SQA: Ana Paula Leite Prates (ana-paula.prates@mma.gov.br)
- Ministério de Minas e Energia: Vanessa Maria Mamede Cavalcanti (vanessa.cavalcanti@dnpm.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional: José Luiz Miranda de Almeida (joseluizmiranda@yahoo.com.br)
- Ministério das Cidades: Valdemar Araújo (valdemar.filho@cidades.gov.br)
- Ministério do Turismo: Helenize Fernandes (helenize.fernandes@turismo.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – ES/MG: Rogério da Silva Lages (oceanologo@bol.com.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – RJ/SP: Lina Maria Aché (sma.linaa@cetesbnet.sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – BA/CE: (ausência)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SE/PI: (ausência)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – PR/MT: Paulo Roberto Castella (pcastella@sema.pr.gov.br)
- Usuário/Indústria: Celso Garagnani (garagnani@terra.com.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: João Carlos Carvalho Milanelli (joaom@cetesbnet.sp.gov.br)
- Organizações Não-Governamentais: Andréa Paula de Carestiatto Costa (acarestiatto@uol.com.br)
- Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: (ausência)

CONVIDADOS:

- Ademilson Zamboni (GERCOM/SQA/MMA) – ademilson.zamboni@mma.gov.br
- Aluizio Couto (Elabore Consultoria Ambiental) – aluizio.couto@elabore.com.br
- Antônio Carlos Beaumord (CVRD) – beaumord@gmail.com
- Carmen Gonçalves (Elabore Consultoria Ambiental) – carmen.souza@elabore.com.br
- Christina Elizabeth Paes de Vasconcelos (MME) – christina@mme.gov.br
- Frank Rogers Pereira (MI) – frank.pereira@integracao.gov.br
- Gilberto Fonseca Barroso (UFES) – gfbarroso@gmail.com
- João Climaco (Conselho Popular de Defesa dos Direitos Humanos dos Moradores do Bairro Felicidade - BH/MG) – climaco@uai.com.br
- João Luiz Nicolodi (GERCOM/SQA/MMA) – joao.nicolodi@mma.gov.br
- Luis Henrique de Lima (SBF/MMA) – lhdelima@mma.gov.br
- Marcos Reis Rosa (SBF/MMA) – mrosa@arcplan.com.br
- Maria de Fátima Araújo Paiva (Codevasf) – maria.paiva@codevasf.gov.br
- Mário Cesar B. de Oliveira (GERCOM/SQA/MMA) – mario-cesar.oliveira@mma.gov.br
- Marcio da Rosa M. Bessa (SRH/MMA) – marcio.bessa@mma.gov.br
- Oneida Freire (Min. Turismo) – segmentos@turismo.gov.br
- Roberto Alves Monteiro (SRH/MMA) – roberto.monteiro@mma.gov.br
- Rogério Menescal (MI) – rmenescal@ana.gov.br

RELATORIA:

- Rachel Landgraf de Siqueira – SRH/MMA – Tel: (61) 4009-1007 (rachel.siqueira@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Item 1 – Abertura / Aprovação das minutas de ata das 8ª e 9ª reuniões: No dia 10 de abril de 2007, com início às 9h35, a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH iniciou a realização de sua 10ª reunião, em Brasília/DF, convocada há 12 dias, sob a presidência do Sr. João Carlos Milanelli, substituto da Sra. Rosa Maria de Oliveira Machado Mancini, tendo como relatora a Sra. Rachel Landgraf de Siqueira, da Secretaria Executiva do CNRH. A Sra. Rachel informou que a Sra. Rosa Mancini não pôde comparecer por motivo de

60 compromissos assumidos com o novo cargo que ocupa – coordenadora de Recursos Hídricos do estado de São
61 Paulo, o que gerou a indicação de outro representante de Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de
62 Bacias Hidrográficas para essa 10ª reunião. Esclareceu que a Sra. Rosa Mancini recomendou o Sr. João Carlos
63 Milanelli para substituí-la na presidência por orientação do Regimento Interno do CNRH: “Art 27 - § 3º Nos seus
64 impedimentos, o Presidente da Câmara Técnica indicará, entre os membros da Câmara, seu substituto”. O Sr. João
65 Carlos Milanelli se apresentou: biólogo e oceanógrafo, com doutorado em Acidentes Ambientais no Mar. Ele
66 trabalha na Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo (CETESB) na área de acidentes e
67 gerenciamento de fontes de poluição. Em seguida, as atas foram aprovadas, com algumas alterações na da 8ª
68 reunião. Houve inversão dos itens da pauta. Item 3 – Apresentação “Ações de controle de erosão marítima,
69 desenvolvidas pelo Ministério da Integração Nacional”, por Rogério Menescal, do Departamento de Obras
70 Hídricas do MI (apresentação anexa a esta ata): O Sr. Rogério disse ser importante trazer as ações do Ministério na
71 parte marítima para conhecimento e discussão pela CTCOST, e expressou a percepção, por parte de sua equipe, de
72 não haver um local específico no Brasil para tratar de obras na zona costeira, o que fica refletido na baixa
73 qualidade de projetos de obras hídricas recebidos pelo MI. Descreveu ações, objetivo, público-alvo e resultados
74 esperados de Programas do PPA (Plano Plurianual); ações executadas (valores) e propostas para o PAC (Programa
75 de Aceleração do Crescimento); convênios firmados; principais instituições federais envolvidas com
76 gerenciamento costeiro; e principais instituições de pesquisa sobre a zona costeira. Ao final, abriu o debate que foi
77 norteado por seus próprios questionamentos – “Quais as ações de outras instituições?; Como articular melhor essas
78 instituições interessadas no tema ou com ações nessa área?; Como integrar políticas públicas e instrumentos de
79 gestão?; e De que forma utilizar de maneira mais eficaz e eficiente os recursos para desenvolver o Plano Nacional
80 de Gerenciamento Costeiro, o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro e outros instrumentos de gestão na zona
81 costeira (Decreto nº 5.300/2004)?”. O Sr. Ademilson Zamboni falou da recente publicação, já encaminhada ao MI,
82 “Erosão e Progradação do Litoral Brasileiro”, organizada pelo Ministério do Meio Ambiente e lançada em outubro
83 de 2006, que visa subsidiar os tomadores de decisão no planejamento da costa brasileira, servindo como referência
84 à pesquisa acadêmica. É a primeira publicação especializada no assunto em escala da União. A aplicação dos
85 resultados deste trabalho se dá de maneira imediata em ações de planejamento e ordenamento do litoral. Um
86 exemplo é o Projeto Orla, que tem como uma de suas premissas a harmonização das questões patrimoniais e
87 ambientais com o planejamento de uso e ocupação do território costeiro, em especial das praias. A relação dos
88 processos erosivos e deposicionais com os terrenos de marinha e outras áreas sob domínio da União são claras,
89 uma vez que os mesmos tendem a aumentar ou diminuir a largura da faixa de praia. Zamboni esclareceu que a
90 mesma não pretende esgotar as discussões acerca do assunto, e sim incentivar a continuidade dos trabalhos de
91 órgãos governamentais, Universidades e organizações da sociedade civil interessadas nesta temática. O Ministério
92 da Integração, seguramente, tem um papel importante na articulação com o Ministério das Cidades e a Secretaria
93 do Patrimônio da União para a obtenção do licenciamento de obras nessas áreas. O Sr. João Nicolodi falou que
94 uma das maiores dificuldades do assunto “Erosão Costeira” é como dimensionar o problema e a solução mais
95 adequada, o que passa pela modelagem matemática. Hoje, o que se tem como principais modelos, seja de dinâmica
96 ou de engenharia costeira, são complexos e restritos a poucos centros de pesquisa. O que foi identificado, na
97 Espanha, foi uma compilação, feita por uma universidade, de diferentes ferramentas de modelos matemáticos que
98 resultou em um modelo simplificado, simples para o manuseio. Com isso, duas universidades brasileiras (USP/SP
99 e Univalis/SC) se interessaram em parcerias. A equipe do GERCOM, então, colabora para estender a divulgação
100 de aplicação desse modelo simplificado e para ampliar o escopo de sua utilização. Deverá ser uma ferramenta
101 oferecida a ministérios e órgãos de meio ambiente. O Sr. Rogério considerou isso de extrema importância pois os

102 projetos já são enviados com problemas estruturais. Esse modelo simplificado poderá fazer parte da capacitação
103 que o MI pretende propor para sua equipe interna e público externo. O Sr. Paulo Ho considerou lamentável o
104 esvaziamento de técnicos do Instituto de Pesquisas Hidroviárias, o qual tem a responsabilidade de desenvolver, em
105 âmbito nacional, as atividades de pesquisas hidráulicas, serviços técnicos e consultoria em engenharia portuária,
106 costeira e fluvial, de modo a promover o desenvolvimento e a modernização do país. O que acontece hoje são
107 contratos que terceirizam demandas pontuais, como batimetria por exemplo. Isso demonstra a falta de visão dos
108 dirigentes, o que pode ser revertido com a criação da possível Secretaria de Portos. É preciso haver visão
109 multisetorial. O Sr. João Clímaco disse chamar à atenção a ausência de articulação para uma melhor gestão,
110 dinâmica política que os movimentos sociais condenam. Segundo ele, o povo é que paga por esse jogo político que
111 envolve obras estruturantes e grande volume de recursos financeiros. Propôs, então, o encaminhamento de uma
112 Moção que solicitasse a criação de um comitê articulador de várias instituições com o objetivo de orientar regras
113 para casos de obras hídricas. Após reflexão sobre a proposta, que envolveu considerações acerca de conflitos de
114 licenciamento, da má qualidade de diagnósticos de transtornos ambientais e sócio-econômicos, e de termos de
115 referência inconsistentes, também em outros setores, e sobre a já existência de outros fóruns que tratam de
116 articulação, a CTCOST decidiu não enviar uma proposta de Moção. O que será feito é um acompanhamento, por
117 meio de informes dos representantes do GERCOM/MMA, sobre as ações no âmbito da Comissão Interministerial
118 para os Recursos do Mar (CIRM), criada em 1974, regulamentada pelo Decreto nº 3.939, de 26 de setembro de
119 2001, e que tem a finalidade de coordenar os assuntos/programas relativos à consecução da Política Nacional para
120 os Recursos do Mar (PNRM). Dentro da CIRM, o grupo que auxilia a comissão para assuntos de gerenciamento
121 costeiro é o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), fórum de integração das ações federais
122 voltadas à zona costeira e que trata do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira, sob a coordenação do MMA. O
123 GI-GERCO conta com a participação de setores federais, de representantes dos estados, municípios e das
124 organizações não-governamentais de regiões costeiras representadas no CONAMA. Para o Sr. Zamboni, a questão
125 levantada poderia ser abordada em três projetos já existentes no espaço do GI-GERCO: 1- sobre áreas estratégicas
126 a serem reservadas (áreas de patrimônio da União) para vários fins, entre eles de proteção; 2- sobre o Projeto Orla -
127 ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, aproximando as políticas ambiental e patrimonial; e 3-
128 sobre a Agenda Ambiental Portuária, a qual possui uma ação que é voltada para capacitar técnicos responsáveis
129 pela gestão ambiental de portos e terminais, e técnicos dos órgãos ambientais das três esferas do governo. Ou seja,
130 considera que já existe um grupo legítimo para receber o tema. Sugeriu que a CTCOST convide, para uma
131 apresentação, um representante da região do Porto de Rio Grande/RS que poderia ilustrar como está sendo feita a
132 agenda ambiental portuária local – definição de condicionantes mínimas de operação, transferência de decisões
133 para o nível local, articulação na formulação do Plano Diretor, etc. A Sra. Oneida Freire questionou a possibilidade
134 de duas ou três instituições, que compõem a Câmara, montarem uma proposta mais concreta a ser levada ao GI-
135 GERCO. Diante dessa preocupação, o Sr. Zamboni se comprometeu a estimular que um dos subgrupos do GI-
136 GERCO citados por ele convide os Ministérios das Cidades e da Integração Nacional para desenhar uma proposta,
137 talvez de um Termo de Referência padrão ou de um programa, a ser encaminhado ao GI-GERCO. Os resultados
138 dessa iniciativa deverão ser relatados nas próximas reuniões da CTCOST pelos representantes do GERCOM. [Item](#)
139 [4 – Relato do Grupo de Trabalho “Base Territorial”](#): O Sr. João Nicolodi relatou que o GT havia se reunido no dia
140 anterior para que o professor Gilberto Barroso, da Universidade Federal do Espírito Santo, pudesse mostrar o
141 desenvolvimento do projeto piloto nas bacias hidrográficas capixabas Jacaraípe e Piraquê-açu, e para que houvesse
142 o fechamento do roteiro de como todo o trabalho será desenvolvido. Houve, também, a apresentação da
143 metodologia e dos resultados da definição das áreas prioritárias à conservação, uso sustentável e repartição de

144 benefícios dos ecossistemas costeiros e marinhos, direcionada ao objetivo do GT: delimitação da base territorial de
145 integração das políticas – apresentação que toda a CTCOST assistiria de forma mais detalhada na parte da tarde.
146 Com isso, o GT teve informações sobre a base territorial utilizada e sobre dados da região do Espírito Santo. O Sr.
147 Gilberto, então, apresentou: 1- O Ecótono Costeiro: interações de sistemas terrestres, marinhos e atmosféricos; 2-
148 Zonas para Gestão Integrada; 3- Critérios para Delimitação Espacial das Áreas para Gestão Integrada; 4-
149 Compartimento Terrestre: Delimitação de Bacias Hidrográficas, Região Hidrográfica e Ottobacias; 5-
150 Caracterização da Ottobacia Nível 4, 7711; 6- Compartimento Marinho: A Porção Marinha da Zona Costeira; 6.1-
151 Critérios para Delimitação das Zonas Crítica e Dinâmica Marinhas: O Gradiente Halino no Estuário; e 6.2-
152 Critérios para Delimitação das Zonas Crítica e Dinâmica Marinhas: Dinâmica Espacial e Temporal da Pluma
153 Estuarina. A apresentação está anexa à ata. [Item 5 – Proposta de Resolução em andamento](#): O Sr. Luciano
154 Meneses, coordenador do GT “Planos de Recursos Hídricos”, conduziu a leitura da versão 6 da proposta que
155 estabelece aspectos adicionais que devam ser incluídos nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham
156 trechos da zona costeira. A Câmara analisou o texto até parte do Artigo 2º, o que gerou a versão 7. Para a próxima
157 reunião da câmara, o GT deverá apresentar uma versão final como tentativa para aprovação. [Item 6 – Apresentação](#)
158 [“Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira”](#),
159 [por Ana Paula Prates, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente](#): A Sra. Ana
160 Paula, que estava acompanhada de outros técnicos da Secretaria de Biodiversidade e Florestas/MMA, apresentou o
161 processo que resultou na redefinição das áreas: antecedentes; áreas prioritárias reconhecidas anteriormente; áreas
162 prioritárias da zona costeira e marinha; processo recente de revisão da definição das áreas prioritárias; o porquê da
163 revisão – que deverá ser feita de cinco em cinco anos; mesmo processo na zona costeira e marinha; reuniões
164 técnicas regionais; mapeamento dos ecossistemas costeiros; base de dados; organizações envolvidas no processo;
165 resultados; e análise do produto final de 2006, comparado com o ano de 1999. A apresentação está anexa à ata.
166 Após a explanação, houve considerações dos presentes: congratulação pela iniciativa e pelos resultados; que para o
167 próximo processo de revisão os participantes sejam avisados com maior antecedência sobre a metodologia, o que
168 poderá enriquecer as informações trazidas dos diversos segmentos; e que esse material seja divulgado para todos os
169 comitês de bacia e, nesse contexto, que haja uma maior exposição do processo e do resultado aos interesses difusos
170 (sociedade), pois existe diferença do que é proposto e do que é usado – falta da cultura do planejamento e da
171 aproximação com a área acadêmica. Moções poderiam ser propostas pela CTCOST. A Sra. Ana Paula avisou que
172 haveria o lançamento, em maio, dos resumos executivos dos biomas, contendo, inclusive, a identificação dos atores
173 participantes do processo de revisão. [Item 2 – Informes gerais](#): 1- A Sra. Andréa Carestiatto informou sobre o 1º
174 Encontro Nacional de Conselhos da Área Ambiental, em 5 e 6 de julho de 2007, em Brasília/DF. O encontro é uma
175 iniciativa do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, em parceria com o CNRH, o Conselho de
176 Gestão do Patrimônio Genético – CGEN e o Departamento de Articulação Institucional do MMA – DAI. O evento
177 reunirá representantes de conselhos nacionais, estaduais e municipais da área ambiental, assim como de comitês de
178 bacia hidrográfica, com o objetivo de propiciar um momento de intercâmbio de experiências e debate sobre a
179 participação social na gestão ambiental. Além disso, será tratada a formação de uma Rede Nacional de Conselhos
180 da Área Ambiental, com vistas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, do Sistema
181 Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH e de seus órgãos colegiados. Para reunir os
182 conselhos, a Secretaria Executiva do CONAMA estaria implementando um Cadastro Nacional dos Conselhos da
183 Área Ambiental em todo o Brasil. Todos receberiam informações detalhadas no momento oportuno. 2- O Sr. João
184 Clímaco registrou cumprimentos às entidades ambientalistas da Barra da Tijuca/RJ, em especial à Associação
185 Ambientalista da Barra, pela inauguração, naquela data, da estação de tratamento de esgoto da região, o que

186 coroou os mais de vinte anos de luta. [Item 7 – Encaminhamento dos trabalhos / encerramento](#): Para a próxima
187 reunião, deverá ser convidado representante da região do Porto de Rio Grande/RS para falar sobre tema citado no
188 item 3 desta pauta. Nesse momento, às 17h15, uma vez abordados os itens da pauta, o Sr. João Carlos Milanelli
189 agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos desta 10^a reunião da CTCOST.

190

191 Ata aprovada na 11^a reunião da CTCOST, em 24 de maio de 2007.

192

193

194

João Carlos Carvalho Milanelli

195

Presidente Substituto da CTCOST

196

197

198

Rachel Landgraf de Siqueira

199

Relatora da CTCOST